

2.1 — Formação Profissional:

Cursos sobre: “Procedimento administrativo”; “O regime jurídico de empreitadas”; “Regime de férias, faltas e licenças na função pública”; “Concursos de pessoal na Administração Pública”; “Urbanismo e impacto ambiental”; “Despesas públicas”; “Ordenamento do território e planeamento urbanístico”; “Serviços partilhados na Administração Pública”; “O novo contencioso administrativo”; “Seminário de Alta Direcção” (INA, 2004); “Curso de Dirigentes — CAGEP” (INA, 2007); “Diploma de especialização em liderança e gestão de pessoas” (INA, 2007-2008).

3 — Experiência profissional:

É desde 1999, Inspector do quadro da Inspeção-Geral da Administração Local e desde 2006 tem a categoria de Inspector Superior.

Entre 2001 e 2004 foi Subdirector-Geral de Pessoal e Recrutamento Militar do Ministério da Defesa Nacional e no mesmo período foi presidente da comissão interministerial de acompanhamento ao sistema de incentivos ao voluntariado.

Entre 2004 e 2006, foi Subinspector-Geral da Defesa Nacional, sendo responsável pela introdução do novo modelo de avaliação de desempenho — SIADAP e pela criação de um sistema de acompanhamento de acções correctivas.

Entre 2006 e 2007 dirigiu a IGDN, como substituto legal.

Em 2007 foi Inspector-Geral da Defesa Nacional, tendo sido ordenada a realização das primeiras auditorias no âmbito da Lei de Programação Militar e criados os instrumentos de gestão por projectos e de auditorias por objectivos.

É desde Abril de 2008, Presidente da Comissão de Fiscalização do Instituto de Acção Social das Forças Armadas.

Foi condecorado com a Medalha da Defesa Nacional de 1.ª Classe.

Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

Despacho (extracto) n.º 2927/2009

Por despacho de 5 de Dezembro de 2008, Cecília Rosa Saraiva Lopes Aguiar Pinto, assistente administrativa especialista, do mapa de pessoal do Instituto do Desporto de Portugal, I. P., após encerramento do procedimento, por inexistência de pessoal em situação de mobilidade especial, publicitado nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do artigo 41.º da Lei n.º 53/2006, de 7 de Dezembro, com o código P20086340, é nomeada em comissão de serviço extraordinária, pelo período fixado para o estágio de ingresso na carreira técnica superior, com início a 6 de Setembro de 2008, ficando posicionada no escalão 1, índice 321, nos termos do n.º 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 497/99, de 19 de Novembro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

10 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

Despacho (extracto) n.º 2928/2009

Por meu despacho de 18 de Dezembro de 2008, Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes, nomeada, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renováveis por iguais períodos, nos termos constantes dos números 8 e 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, para o exercício do cargo de direcção intermédia do 2.º grau da Divisão de Gestão de Recursos Humanos do IDP, I.P., com produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2009.

A presente nomeação fundamenta-se nos conhecimentos e experiência da ora nomeada, que se evidenciam na nota curricular, em anexo, em conformidade com o disposto no número 10 do artigo 21.º do citado diploma.

29 de Dezembro de 2008. — O Presidente, *Luís Bettencourt Sardinha*.

Nota Curricular (síntese)

Nome
Ana Isabel Correia Lagartinho Fernandes
Naturalidade
Portimão
Formação Académica
Licenciatura em Direito, variante de Ciências Jurídico-Comerciais, pela Universidade Lusíada
Formação Académica Complementar
Pós-Graduação em Direito Público, na variante de Ciências Jurídico-Administrativas, pela Universidade Lusíada;

Mestranda em Gestão e Políticas Públicas, pelo ICSP
Formação Profissional
Seminário de Alta Direcção, pelo INA;
O novo SIADAP — Avaliação e Gestão do Desempenho, pelo INA;
Formação Pedagógica Inicial de Formadores, pela C.M. Odivelas;
Liderança e Coaching, pelo STE;
Auditoria nos Serviços Públicos, pelo STE;
SIADAP — A Aplicação Prática, pela NPF;
O Código do Trabalho, pela IGAP;
Boas Práticas de Gestão na Administração Pública, pelo STE;
Factores de Eficácia e Eficiência das Organizações, pelo STE;
Planeamento, Implementação e Avaliação de Programas de Qualidade em Serviços Públicos, pelo STE;
Organização para a Excelência nos Serviços Públicos, pelo STE;
Gestão e Desenvolvimento de Recursos Humanos na Administração, pela IGAP.

Actividades Profissionais

Desde 1 de Janeiro de 2008 — Chefe de Divisão de Recursos Humanos, Financeiros e Patrimoniais da Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura;

De 8 de Março de 2006 a 31 de Dezembro de 2007 — Coordenadora do Gabinete Municipal de Modernização Administrativa, da Câmara Municipal de Odivelas;

De 1 de Janeiro a 7 de Março de 2006 — Coordenadora do Gabinete Municipal de Auditoria, da Câmara Municipal de Odivelas;

De 1 de Dezembro de 2004 a 31 de Dezembro de 2005 — Chefe de Divisão Municipal de Recursos Humanos da Câmara Municipal do Barreiro;

Desde 23 de Abril de 2007 — Inspectora de Finanças da Inspeção-Geral de Finanças;

De 1 de Outubro de 1999 a 30 de Novembro de 2004 — Inspectora, nos serviços de Inspeção e Auditoria da Inspeção-Geral da Administração Pública;

Entre 1999 e 2000 — Coordenadora da equipa de Auditoria de Gestão de Recursos Humanos e de Modernização Administrativa aos Serviços Sociais do Ministério da Saúde, realizada pela IGAP;

Entre 1996 e 1999 — Assessora do Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa;

1994-1996 — Estágio de Advocacia.

Outras Actividades

De Agosto a Outubro de 2008 — Formadora sobre a LVCR, na Agência Nacional PROALV.

De Maio a Outubro de 2008 — Formadora sobre o SIADAP e sobre a LVCR, na Junta de Freguesia da Pontinha.

Entre 1995 e 1996 — Assistência Jurídica, em regime de voluntariado, no Conselho Português para os Refugiados.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P.

Despacho n.º 2929/2009

1 — Em conformidade com as disposições conjugadas no n.º 1 do artigo 20.º e n.ºs 1 e 2 do artigo 21.º, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, procedeu o Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P. (IPAD, I. P.), através de aviso publicitado, respectivamente, no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 21 de Fevereiro, no jornal de expansão nacional *Diário de Notícias*, do dia 23 de Fevereiro, e na bolsa de emprego público (BEP), no dia 25 de Fevereiro, com o código de oferta OE200802/0297, todos do ano de 2008, à divulgação da abertura do procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de director de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento, do Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, I. P., estabelecido no artigo 2.º dos Estatutos deste Instituto, aprovados pela Portaria n.º 510/2007, de 30 de Abril, em conjugação com as competências expressas no n.º 1 do artigo 8.º da citada Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

2 — Findo o referido procedimento concursal e após ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do já citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, a escolha recaiu na candidata, licenciada Maria Manuela Salvador Dias, por se considerar que reunia as condições mais adequadas ao desempenho do cargo a prover, porquanto, demonstrou, inequivocamente, possuir a melhor competência técnica em virtude de ser detentora de uma adequada e comprovada experiência profissional para prosseguir as atribuições da Direcção de

Serviços de Planeamento, nomeadamente, assegurar o planeamento global e a programação da ajuda pública ao desenvolvimento, bem como elaborar e promover a promoção de estudos nas áreas de ajuda pública ao desenvolvimento. Acresce referir que a mesma detém experiência no exercício de funções dirigentes na área do lugar a prover, o que denota plenamente que a candidata em apreço possui a competência técnica e aptidão pretendidas para prosseguir os objectivos da unidade orgânica, para a qual se abriu o mencionado procedimento.

3 — Saliente-se, ainda, que a candidata reúne os requisitos legais e o perfil adequado para o desempenho do cargo para o qual foi aberto o respectivo procedimento.

4 — Nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do citado artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio, em comissão de serviço, pelo período de três anos a licenciada Maria Manuela Salvador Dias, do quadro de pessoal do Departamento de Prospectiva, Planeamento e Relações Internacionais do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, para exercer o cargo de directora de serviços da Direcção de Serviços de Planeamento do IPAD, I. P., com efeitos reportados a 1 de Novembro de 2008.

5 — Anexa-se nota relativa ao currículo académico e profissional da nomeada.

5 de Janeiro de 2009. — O Presidente, *Augusto Manuel Correia*.

ANEXO

Nota curricular

I — Dados pessoais

Nome — Maria Manuela Salvador Dias.

Data de nascimento — 29 de Julho de 1967.

II — Habilitações académicas

1 — Fase escolar do Mestrado de Desenvolvimento e Cooperação Internacional, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — efectuada no ano lectivo de 1997-1998 e realização de duas disciplinas adicionais no ano lectivo de 2003-2004.

2 — Fase escolar do Mestrado em Economia e Gestão de Ciência e Tecnologia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — ano lectivo de 1991-1992.

3 — Pós-Graduação — Curso de Especialização em Estudos Europeus, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — Março a Julho de 1991.

4 — Licenciatura em Economia, pelo Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa — 1985-1990.

III — Habilitações profissionais

Economista — membro efectivo da Ordem de Economistas, Colégio de Especialidade de Economia Política, cédula profissional n.º 6076.

IV — Percorso e experiência profissional

1 — Na Administração Pública portuguesa:

i) Desde 11 de Junho de 2007 — directora de Serviços de Planeamento, em regime de substituição, no Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, tendo como principais funções e responsabilidades:

Assegurar o planeamento global e a programação da ajuda pública ao desenvolvimento, bem como elaborar e promover a promoção de estudos nas áreas de ajuda pública ao desenvolvimento;

Identificar e coordenar o acompanhamento das estratégias de intervenção global, sectorial e geográfica da ajuda pública ao desenvolvimento;

Gerir e coordenar o Programa Orçamental da Cooperação para o Desenvolvimento (PO05);

Coordenar a elaboração do plano e relatório anual de actividades do IPAD, IP.

ii) De 20 de Junho de 2002 a 30 de Abril de 2007 — chefe da Divisão de Acompanhamento e Avaliação de Programas e Projectos no Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações (MOPTC) — nomeação em comissão de serviço, precedendo concurso, e renovação em 20 de Junho de 2005 —, tendo como principais funções e responsabilidades:

Proceder ao acompanhamento da execução física e financeira dos programas e projectos de investimento financiados por capitais públicos;

Proceder à avaliação de resultados e do impacto do investimento realizado, através de um painel de indicadores;

Acompanhamento conjuntural do sector construção: criação e actualização de painel de indicadores e apresentação mensal de relatórios;

De 1 de Outubro de 2003 a 31 de Julho de 2004, nomeada representante do GEP/MOPTC no grupo de trabalho para análise do ramo construção no SCNP, no âmbito da Secção Permanente de Estatísticas Macroeconómicas do Conselho Superior de Estatísticas.

iii) De 1 de Março de 2001 a 15 de Maio de 2002 — requisitada na Secretaria-Geral do Ministério da Cultura — Gabinete de Apoio Técnico para prestar assessoria na área de gestão financeira, tendo como principais actividades:

Apoio técnico nos domínios da gestão financeira, orçamental e planeamento;

Elaboração no projecto de implementação do Sistema de Gestão Orçamental do Ministério da Cultura;

Colaboração na elaboração dos planos de actividades da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura

Colaboração na elaboração do Plano de Transição para o Euro do Ministério da Cultura e preparação dos planos de contingência.

iv) De 1 de Março a 31 de Outubro de 2001 — nomeada para prestar colaboração na área de gestão financeira, no Gabinete do Secretário de Estado da Cultura;

v) De 28 de Maio de 1997 a 1 de Março de 2001 — nomeada em comissão de serviços como chefe da Divisão de Acompanhamento e Controlo do Gabinete de Planeamento e Controlo da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, tendo como principais funções e responsabilidades:

Colaborar na elaboração e acompanhamento dos planos nacionais, sectoriais e regionais de desenvolvimento para a área da cultura;

Efectuar o acompanhamento da execução do orçamento do Ministério da Cultura;

Elaborar os relatórios de actividades do Ministério da Cultura;

Colaboração no *Manual de Apoio à Elaboração dos Planos e Relatórios de Actividade no Ministério da Cultura*, realizado pela Secretaria-Geral em 1998;

Nomeações e representações — representante do Ministério da Cultura no grupo de trabalho sobre estatísticas culturais no âmbito da Secção de Estatísticas Demográficas e Sociais do Conselho Superior de Estatística;

Representante substituta do MC na Secção Regional de Lisboa e Vale do Tejo do Conselho Superior de Estatística;

Oradora, pelo Ministério da Cultura, nos Seminários «Jornadas sobre Instrumentos Financeiros de Apoio à Actividade Cultural dos Municípios», realizados pelo CEFA;

Formadora da Acção «Programação e Gestão Culturais», realizada pelo Instituto Português das Artes do Espectáculo e Delegação Regional da Cultura do Alentejo;

Formadora do módulo de «Instrumentos Financeiros de Apoio à Actividade Cultural» do curso «Gestão do Património Cultural» — protocolo entre o MC, o Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território e a Associação Portuguesa de Municípios.

vi) Em 27 de Agosto de 1990 iniciou funções, como técnica superior, na Direcção de Serviços de Investimentos do Sector Público Administrativo do Departamento de Prospectiva e Planeamento — actual DPP(RI) do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional. Em 28 de Maio de 1991 integrou o quadro e detém a categoria de técnica superior principal desde 28 de Maio de 2000, tendo como principais actividades e responsabilidades (1990 a 1997):

Participar no processo da definição do enquadramento e da estratégia da política de investimento público;

Participar na preparação do Programa de Investimento e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC) e na elaboração de estudos metodológicos para a definição dos critérios de programação dos investimentos públicos;

Acompanhamento da execução financeira e física e avaliação dos programas e projectos dos ministérios/sectores que lhe foram atribuídos;

Acompanhamento dos grandes projectos de investimento público: concepção de metodologia e análise para a programação da aplicação informática e elaboração de relatórios trimestrais e anuais;

Foi representante do Departamento de Prospectiva e Planeamento na Unidade de Gestão do PRODIATEC (Programa de Infra-Estruturas Turísticas e Equipamentos Culturais), Quadro Comunitário de Apoio I (QCA I) e nas Unidades de Gestão dos Programas Energia, PEDIP II (Programa Estratégico de Dinamização e Modernização da Indústria Portuguesa), PROCOM (Programa de Apoio à Modernização do Comércio) e Subprograma Turismo e Património Cultural do QCA II.

2 — Participação em projectos internacionais:

- i) 27, 28 e 29 de Outubro de 1998 em Angola — Luanda — oradora no Seminário «O Investimento Público em Angola — Que Modelo de Gestão; Uma Reflexão sobre o Caso de Angola à Luz de Outras Experiências», realizado no âmbito do Projecto PREGO do Banco Mundial;
- ii) 25 de Novembro a 6 de Dezembro de 1996 em Cabo Verde — Praia — formadora da Acção «Concepção, Implementação e Avaliação de Projectos», integrada no projecto financiado pelo Banco Mundial de «Reforma e Capacitação do Sector Público»;
- iii) 4 a 15 de Julho de 1994 em Moçambique — Maputo — formadora da Acção «Técnicas de Programação e Orçamentação do Investimento Público», destinada aos quadros do Ministério das Finanças (DNO), Comissão Nacional do Plano (Direcção de Planificação) e Departamentos de Gestão e Controle de Projectos dos Ministérios Sectoriais de Moçambique. Esta acção de formação integrava-se no Projecto «Assistência Técnica à Unidade Técnica Central de Projectos», financiado pelo Banco Mundial.

3 — De 1 de Outubro de 1993 a 1 de Outubro de 2000 — docente do curso de Economia na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias em Lisboa, com a categoria de assistente convidado. Disciplinas leccionadas: Contabilidade Nacional, Economia Internacional, Economia da Inovação, Macroeconomia, Teoria e Política Comercial Externa e Política Orçamental.

V — Formação profissional (acções mais recentes)

- i) 5 de Maio a 18 de Julho de 2008 — Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP), INA;
- ii) 11 a 15 de Julho de 2005 — Seminário de Alta Direcção, INA, quarenta horas. Elemento de um dos grupos vencedores;
- iii) 5 a 15 de Maio de 2003 — curso «A Gestão Privada de Serviços Públicos — Modelagem de Parcerias Público-Privadas», realizado no INA, cinquenta e duas horas;
- iv) 18 a 22 de Junho de 2001 — curso «Preparação de Planos e Relatórios de Actividades», leccionado pelo Prof. Doutor António C. Pires Caiado, docente da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, trinta horas. Este curso contemplou um módulo sobre o Plano Oficial de Contabilidade Pública;
- v) Maio de 2001 — curso intensivo sobre Direito Administrativo, ministrado pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, trinta e duas horas;
- vi) Participação em vários congressos, seminários e conferências.

VI — Conhecimentos de línguas estrangeiras

Inglês — fluente;
Francês — conhecimentos médios;
Espanhol — conhecimentos básicos;
Italiano — básico.

Formação: «Inglês para Relações Internacionais», INA, sessenta horas; «Inglês Conversação», INA, trinta horas; 4.º ano completo do Instituto Britânico; curso de Inglês, leccionado no Instituto Superior de Economia; 3.º nível do curso de Italiano, leccionado no Instituto Superior de Economia.

VII — Conhecimentos de informática

Na óptica do utilizador:

Microsoft Office: Word, Excel, Access; Quatro-Pro e outros do ambiente Windows.

Programação:

Programação em Access — curso de Access avançado, em 1998;
Programação em DBASE III PLUS e DBASE IV — cursos leccionados no DPP; PASCAL — na Licenciatura em Economia.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Direcção-Geral dos Impostos

Aviso (extracto) n.º 2088/2009

Nos termos do disposto no n.º 4 da parte II do Regulamento de Avaliação Permanente do pessoal do Grupo de Administração Tributária, notificam-se os interessados que a lista de classificação final da ava-

liação permanente, do ciclo de avaliação para técnico de administração tributária adjunto nível 3, grau 2 resultante da média dos três testes realizados, homologada por despacho de 12/01/2009 do Director-Geral, se encontra afixada nos serviços.

Da homologação da lista de classificação final podem os interessados interpor recurso hierárquico para o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, no prazo de 10 dias úteis a contar do dia imediato ao da publicação do presente Aviso, o qual deverá ser remetido pelo correio, em carta registada, para a Av. Infante D. Henrique n.º 1, 1149-009 Lisboa, ou entregues pessoalmente na mesma morada, devendo, em ambos os casos, os recursos dar entrada no Serviço até ao último dia do prazo acima referido.

O processo encontra-se disponível para consulta no Núcleo de Acompanhamento da Avaliação Permanente da Direcção de Serviços de Gestão de Recursos Humanos, Rua do Comércio, n.º 49, 3.º, em Lisboa, diariamente, das 9.30 H às 12.00 H e das 14.30 H às 17.00 H.

14 de Janeiro de 2009. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 2089/2009

Por despacho de 22/12/2008 da Subdirectora Geral por delegação de competências do Director Geral dos Impostos, são nomeados, após aprovação em concurso interno de acesso limitado para a categoria de técnico profissional principal da área de apoio técnico de utilização de equipamento informático, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, os seguintes candidatos, com efeitos à data do despacho:

Francisco Lopes Gomes
Anabela Maria Oliveira Conceição
Maria Alexandrina Cruz

16 de Janeiro de 2009. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Aviso (extracto) n.º 2090/2009

Por despacho de 08 de Janeiro de 2009 da Subdirectora-Geral por delegação de competências do Director-Geral dos Impostos, são nomeados após aprovação em concurso interno de acesso limitado, para a categoria de técnico superior principal da área de gestão recursos humanos, organização e documentação, do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, com efeitos à data do referido despacho, os funcionários indicados:

Ana Sofia Machado Alves Ferreira
Rui Tomaz Fernandes Rodrigues
Pedro Nuno Figueiredo Duarte
Maria dos Anjos Dias da Fonte
Priscila da Conceição Guerra Gonçalves Cardoso
Maria dos Remédios Miguéns Gonçalves Gomes
Carlos Miguel Ramos Franco
Dário Manuel Rosas Azevedo
José de Moura Rodrigues
Sílvia Isabel dos Santos Silva
Márcia Alexandre Fernandes Teixeira
Sónia Maria Teixeira Vilarinho
Cristina Fernanda Vieira Carvalho Pinheiro
Cátia Cristina Neves Faria
Anabela da Conceição Hilário Veríssimo Jubilado
Ana Paula Mingates
Rosa Paula de Jesus Estrela Pais da Silva
António Dias de Oliveira
Alberto dos Santos Ribeiro
Nuno Miguel Gonçalves Gomes
Maria Alexandra Saraiva Azevedo
Susana Raquel Ferreira Sá
Sónia Maria da Silva Ribeiro
Adriana Maria Rodrigues Costa

16 de Janeiro de 2009. — O Director de Serviços, *Laudelino Pinheiro*.

Despacho n.º 2930/2009

Considerando que Esmeralda Francisca Neutel Sousa Santos Pinto exerceu, sem interrupção, funções dirigentes desde 19 de Maio de 2005 até 18 de Maio de 2008;

Considerando que esta funcionária, inspectora tributária assessora, do grupo de pessoal de administração tributária do quadro de pessoal da Direcção-Geral dos Impostos, reúne os requisitos necessários e requereu o acesso à categoria de inspectora tributária assessora principal;

Considerando o disposto nos n.ºs 2, 3 e 5 do artigo 29.º e no artigo 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro com a redacção dada pela